

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2011.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
ATIVO						
CIRCULANTE	75.294	36.918	41.089	CIRCULANTE	6.371	5.290
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	11	10	202	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 14c)	5.922	4.935
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7)	74.224	36.144	39.663	Dividendos a Pagar (Nota 9d)	382	296
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14b)	826	593	1.073	Outras Obrigações	67	59
Dividendos a Receber (Nota 13a)	233	171	151			
NÃO CIRCULANTE	346.232	343.687	309.237	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	415.155	375.315
Realizável a Longo Prazo	202.926	184.890	168.239	Capital Social:		
Empréstimos e Adiantamentos à Instituições de Crédito (Nota 6)	202.903	184.890	168.239	- De Domiciliados no País	120.628	120.628
Créditos Tributários	23	-	-	Reservas de Capital (Nota 9b)	183.517	183.517
Investimentos em Controlada (Nota 8)	143.306	158.797	140.998	Reservas de Lucros (Nota 9c)	111.010	71.170
TOTAL	421.526	380.605	350.326	TOTAL	421.526	380.605

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009		2010	2009
RECEITAS OPERACIONAIS	48.510	38.236	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Receitas Financeiras (Nota 10)	23.945	20.266	Lucro Líquido/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	48.046	37.810
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8a)	24.565	17.970	Ajustes ao Lucro Líquido/(Prejuízo) antes dos impostos	(24.477)	(18.273)
DESPESAS OPERACIONAIS	464	426	Resultado de Participações em Controlada	(24.565)	(17.970)
Despesas Tributárias	1	1	Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	66	(303)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11)	396	344	Outros	22	-
Despesas Financeiras (Nota 12)	67	81	Lucro Líquido/(Prejuízo) Ajustado	23.569	19.537
RESULTADO OPERACIONAL	48.046	37.810	Redução/(Aumento) em Ativos Financeiros para Negociação	(56.919)	(13.424)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	48.046	37.810	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(14)	136
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14a)	(7.824)	(6.616)	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(6.333)	(6.298)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	40.222	31.194	Caixa Líquido Utilizado nas Atividades Operacionais	(39.697)	(49)
Número de ações	321.379.517	321.379.517	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	125,15	97,06	Dividendos Recebidos de Controlada	39.994	151
			Caixa Líquido Utilizado das Atividades de Investimentos	39.994	151
			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
			Dividendos Pagos	(296)	(294)
			Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(296)	(294)
			Redução/(Aumento) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1	(192)
			Redução/(Aumento) de Caixa Líquido e Equivalentes de Caixa	10	202
			Fim do Exercício	11	10
			Redução/(Aumento) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1	(192)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil				
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros			Totais		Exercícios findos em 31 de dezembro				
		Reservas de Capital	Legal	Estatutária			Lucros Acumulados	2010	%	2009	%
Saldos em 01.01.2009	120.628	183.517	2.033	38.239	-	344.417	GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	31.194	31.194	1 - RECEITAS	-	-	-	-
Destinações:							2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(361)	(0,7)	(309)	(0,8)
- Reservas	-	-	1.560	29.338	(30.898)	-	2.1) Serviços de Terceiros	(101)	(0,2)	(149)	(0,4)
- Dividendos Propostos (R\$ 0,92 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(296)	(296)	2.2) Outros	(260)	(0,5)	(160)	(0,4)
Saldos em 31.12.2009	120.628	183.517	3.593	67.577	-	375.315	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(361)	(0,7)	(309)	(0,8)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	40.222	40.222	4 - RETENÇÕES	-	-	-	-
Destinações:							5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(361)	(0,7)	(309)	(0,8)
- Reservas	-	-	2.011	37.829	(39.840)	-	6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	48.510	100,7	38.236	100,8
- Dividendos Propostos (R\$ 1,19 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(382)	(382)	6.1) Resultado de Equivalência Patrimonial	24.565	51,0	17.970	47,4
Saldos em 31.12.2010	120.628	183.517	5.604	105.406	-	415.155	6.2) Receitas Financeiras	23.945	49,7	20.266	53,4

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) INFORMAÇÕES GERAIS

A Andorra Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Andorra Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2011.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remuneração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As alterações introduzidas pela adoção dos CPCs não produziram efeitos relevantes que pudessem mudar a posição demonstrada no encerramento do exercício de 2009.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis individuais em consonância com a Lei nº 11.638/2007, não sendo aplicável a apresentação de Demonstrações Consolidadas.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e que apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 5).

2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio de resultado, no reconhecimento inicial; disponíveis para venda; mantidos até o vencimento; e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

a.1) Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo no reconhecimento inicial.

a.2) Ativos financeiros mantidos para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de vender no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

As receitas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas nas contas de "Receitas Financeiras".

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

Continua...

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativas da Administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente ao seguinte item:

4.1) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e ágio

Determinados ativos, incluindo ágio, outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existirem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

b) A composição do investimento está demonstrada a seguir:

Companhias	Capital Social (1)	Patrimônio Líquido Ajustado (1)	Resultado Ajustado (1)	Quantidade de Ações Possuídas (em milhares) ON (1)	Participação no Capital Social - % (1)	Investimentos			Ajuste Decorrente de Avaliação (2)	
						31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009
Veneza Empreendimentos e Participações S.A. (2)	52.750	79.310	24.565	76.866	100,00	79.310	94.801	77.002	24.565	17.970
Ágio – Veneza Empreendimentos e Participações S.A. (3)	-	-	-	-	-	63.996	63.996	63.996	-	-
Total						143.306	158.797	140.998	24.565	17.970

(1) Dados relativos a 31.12.2010;

(2) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pela Companhia, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrentes de resultado, quando aplicáveis; e

(3) O ágio está fundamentado na diferença entre o valor de mercado de ativos e o respectivo valor contábil, quando da aquisição da participação societária na Companhia Veneza Empreendimentos e Participações S.A.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ordinárias	321.379.517	321.379.517	321.379.517
Total	321.379.517	321.379.517	321.379.517

b) Reservas de capital

A reserva de capital é composta principalmente por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao capital social; e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada e quando aplicáveis.

c) Reservas de Lucros

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Reservas de lucros	111.010	71.170	40.272
- Reserva legal (1)	5.604	3.593	2.033
- Reserva estatutária (2)	105.406	67.577	38.239

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2010 e 2009 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2010	% (1)	2009	% (1)
Lucro líquido do exercício	40.222		31.194	
Reserva legal	(2.011)		(1.560)	
Base de cálculo	38.211		29.634	
Dividendos provisionados	382	1,00	296	1,00

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

10) RECEITAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	5.931	3.614
Rendimento de Operações Compromissadas com Lastro em Debêntures	18.013	16.650
Juros Ativos	1	2
Total	23.945	20.266

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Serviços Prestados por Terceiros	17	73
Editais e Publicações	84	76
Contribuição Sindical Patronal	35	35
Doações	260	160
Total	396	344

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Andorra Holdings S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da Andorra Holdings S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias,

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Disponibilidades em moeda nacional (1)	11	10	202
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	11	10	202

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

6) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS À INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Referem-se a operações compromissadas com lastro em debêntures no montante de R\$ 202.903 (31.12.2009 – R\$ 184.890 e 01.01.2009 – R\$ 168.239).

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se a aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros, no montante de R\$ 74.224 (31.12.2009 – R\$ 36.144 e 01.01.2009 – R\$ 39.663). Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, enquadradas no Nível 1.

8) INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 24.565 (31.12.2009 - R\$ 17.970).

12) DESPESAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Juros Passivos	67	81
Total	67	81

13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas, vigentes nas datas das operações, estão assim representadas:

	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)
Caixa e Equivalentes de Caixa:					
Banco Bradesco S.A.	-	-	10	-	202
Empréstimos e Adiantamentos à Instituições de Crédito					
Banco Bradesco S.A.	202.903	18.013	184.890	16.650	168.239
Dividendos a Receber:					
Veneza Empreendimentos e Participações S.A.	233	-	171	-	151
Dividendos a Pagar:					
Miramir Holdings Ltda.	(176)	-	(136)	-	-
Bradesplan Participações Ltda.	(206)	-	(160)	-	(159)
NCD Participações Ltda.	-	-	-	-	(135)

12) DESPESAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Juros Passivos	67	81
Total	67	81

13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas, vigentes nas datas das operações, estão assim representadas:

	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)
Caixa e Equivalentes de Caixa:					
Banco Bradesco S.A.	-	-	10	-	202
Empréstimos e Adiantamentos à Instituições de Crédito					
Banco Bradesco S.A.	202.903	18.013	184.890	16.650	168.239
Dividendos a Receber:					
Veneza Empreendimentos e Participações S.A.	233	-	171	-	151
Dividendos a Pagar:					
Miramir Holdings Ltda.	(176)	-	(136)	-	-
Bradesplan Participações Ltda.	(206)	-	(160)	-	(159)
NCD Participações Ltda.	-	-	-	-	(135)

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31.12.2010	31.12.2009
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	48.046	37.810
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alquotas de 25% e 9%, respectivamente	(16.336)	(12.855)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas Companhias correspondentes	8.352	6.109
Despesas e provisões indedutíveis liquidas das receitas não tributáveis	(54)	(54)
Benefícios fiscais	214	184
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(7.824)	(6.616)

b) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, ao imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 826 (31.12.2009 - R\$ 593 e 01.01.2009 - R\$ 1.073).

c) Impostos e Contribuições a Recolher

Impostos e Contribuições a Recolher, no montante de R\$ 5.922 (31.12.2009 - R\$ 4.935 e 01.01.2009 - R\$ 5.611), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 5.713 (31.12.2009 - R\$ 4.815 e 01.01.2009 - R\$ 5.448) e Contribuição Social de R\$ 209 (31.12.2009 - R\$ 120 e 01.01.2009 - R\$ 163).

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01.01.2009, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Devido às características da Companhia não há componentes de outros resultados abrangentes.

c) Em dezembro de 2010 e 2009 e 01.01.2009, não havia processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

A DIRETORIA

Jorge Andrade Costa – Contador – CRC 1SP159543/O-0

mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andorra Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de janeiro de 2011



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador
CRC 1SP171564/O-1

...Continuação

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo e que a Companhia não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Ativos financeiros adquiridos com compromissos de venda são registrados como empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

Juros sobre empréstimos e recebíveis são incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos e é reconhecida na demonstração do resultado como perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

2.5) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros mantidos para negociação.

a1) Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro designado ao valor justo no reconhecimento inicial.

a2) Passivos financeiros mantidos para negociação

Os passivos financeiros para negociação são os passivos mantidos pela Companhia com o propósito de venda ou recompra no curto prazo, ou que mantêm como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação".

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía passivos financeiros mantidos para negociação.

b) Passivos financeiros a custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

2.7) Investimento em Controlada

São classificadas como controladas as entidades às quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a porcentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional. O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações contábeis a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

2.7.1) Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e *joint ventures*.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo a entidade vendida.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoca um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia em cada data das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após perda por redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda por redução ao valor recuperável é revertida da demonstração do resultado.

2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados, no mínimo, anualmente para verificação do seu valor recuperável. Quando houver indicio de perda ao valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado.

Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da perda pela redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.10) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida, quando como resultado de um evento passado, a Companhia tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, e com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis, exceto quando for provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

2.11) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.12) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor for mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração, o tipo de transação.

Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a valores a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados aos valores a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original dos valores a receber.

2.13) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mudanças nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real na perspectiva jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, como parte integrante da Organização Bradesco, tem estrutura de gerenciamento de riscos que permite que estes sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a Alta Administração, quando necessário.

3.1) Risco de Crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, à vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

O gerenciamento de Risco de Crédito da Companhia é realizado pela Organização Bradesco de maneira corporativa e centralizada sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

3.2) Risco de Mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é cuidadosamente identificado, mensurado, mitigado e gerenciado. O perfil de exposição a risco de mercado da Companhia é conservador, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado pela Organização Bradesco de maneira corporativa e centralizada. Todas as atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

O processo de gerenciamento de riscos da Organização conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Organização Bradesco, que abrange desde as unidades de negócio até o Conselho de Administração.

3.3) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Processo de Gerenciamento do Risco de Liquidez

A Organização Bradesco tem uma Política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como um de seus objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Organização o estabelecimento de Reserva Mínima de Liquidez (RML), bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

Nos critérios e procedimentos aprovados são determinados a reserva mínima de liquidez a ser mantida diariamente e os tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis. Além disso, são estabelecidos os instrumentos para gestão da liquidez em cenário normal e em cenário de crise e as estratégias de atuação a serem seguidas em cada caso.

Controle e Acompanhamento

O controle e o acompanhamento das posições são realizados de maneira independente à área de gestão da Organização Bradesco. No processo de gerenciamento de risco de liquidez, a área de *back-office* tem a responsabilidade de fornecer as informações necessárias à gestão e ao acompanhamento do cumprimento dos limites estabelecidos. Já a área de riscos é responsável pela mensuração do nível mínimo de liquidez, revisão de política, normas, critérios e procedimentos e realização de estudos para as novas recomendações.

3.4) Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de (ou ser confirmados por) dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Continua...

Andorra Holdings S.A.

 CNPJ 08.503.501/0001-00
 Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

Processo de Gerenciamento do Risco de Liquidez

A Organização Bradesco tem uma Política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como um de seus objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Organização o estabelecimento de Reserva Mínima de Liquidez (RML), bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

Nos critérios e procedimentos aprovados são determinados a reserva mínima de liquidez a ser mantida diariamente e os tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis. Além disso, são estabelecidos os instrumentos para gestão da liquidez em cenário normal e em cenário de crise e as estratégias de atuação a serem seguidas em cada caso.

Controle e Acompanhamento

O controle e o acompanhamento das posições são realizados de maneira independente à área de gestão da Organização Bradesco. No processo de gerenciamento de risco de liquidez, a área de *back-office* tem a responsabilidade de fornecer as informações necessárias à gestão e ao acompanhamento do cumprimento dos limites estabelecidos. Já a área de riscos é responsável pela mensuração do nível mínimo de liquidez, revisão de política, normas, critérios e procedimentos e realização de estudos para as novas recomendações.

3.4) Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de (ou ser confirmados por) dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativas da Administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

b) A composição do investimento está demonstrada a seguir:

	Capital Social (1)	Patrimônio Líquido Ajustado (1)	Resultado Ajustado (1)	Quantidade de Ações Possuídas (em milhares) ON (1)	Participação no Capital Social - % (1)	Investimentos	Ajuste Decorrente de Avaliação (2)
						31.12.2010	31.12.2009
Companhias							
Venezia Empreendimentos e Participações S.A. (2)	52.750	79.310	24.565	76.866	100,00	79.310	94.801
Ágio – Venezia Empreendimentos e Participações S.A. (3)						63.996	63.996
Total						143.306	158.797

(1) Dados relativos a 31.12.2010;

(2) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pela Companhia, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrentes de resultado, quando aplicáveis; e

(3) O ágio está fundamentado na diferença entre o valor de mercado de ativos e o respectivo valor contábil, quando da aquisição da participação societária na Companhia Venezia Empreendimentos e Participações S.A.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ordinárias	321.379.517	321.379.517	321.379.517
Total	321.379.517	321.379.517	321.379.517

b) Reservas de capital

A reserva de capital é composta principalmente por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao capital social; e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada e quando aplicáveis.

c) Reservas de Lucros

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Reservas de lucros	111.010	71.170	40.272
- Reserva legal (1)	5.604	3.593	2.033
- Reserva estatutária (2)	105.406	67.577	38.239

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2010 e 2009 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2010	% (1)	2009	% (1)
Lucro líquido do exercício	40.222		31.194	
Reserva legal	(2.011)		(1.560)	
Base de cálculo	38.211		29.634	
Dividendos provisionados	382	1,00	296	1,00

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

10) RECEITAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	5.931	3.614
Rendimento de Operações Compromissadas com Lastro em Debêntures	18.013	16.650
Juros Ativos	1	2
Total	23.945	20.266

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Serviços Prestados por Terceiros	17	73
Editais e Publicações	84	76
Contribuição Sindical Patronal	35	35
Doações	260	160
Total	396	344

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Andorra Holdings S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da Andorra Holdings S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente ao seguinte item:

4.1) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e ágio

Determinados ativos, incluindo ágio, outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existirem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Disponibilidades em moeda nacional (1)	11	10	202
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	11	10	202

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

6) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS À INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Referem-se a operações compromissadas com lastro em debêntures no montante de R\$ 202.903 (31.12.2009 – R\$ 184.890 e 01.01.2009 – R\$ 168.239).

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se a aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros, no montante de R\$ 74.224 (31.12.2009 – R\$ 36.144 e 01.01.2009 – R\$ 39.663). Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, enquadradas no Nível 1.

8) INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 24.565 (31.12.2009 – R\$ 17.970).

12) DESPESAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Juros Passivos	67	81
Total	67	81

13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas, vigentes nas datas das operações, estão assim representadas:

	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)
Caixa e Equivalentes de Caixa:					
Banco Bradesco S.A.	11	-	10	-	202
Empréstimos e Adiantamentos à Instituições de Crédito					
Banco Bradesco S.A.	202.903	18.013	184.890	16.650	168.239
Dividendos a Receber:					
Venezia Empreendimentos e Participações S.A.	233	-	171	-	151
Dividendos a Pagar:					
Miramir Holdings Ltda.	(176)	-	(136)	-	-
Bradesplan Participações Ltda.	(206)	-	(160)	-	(159)
NCD Participações Ltda.	-	-	-	-	(135)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é a parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Em 31 de dezembro	
	31.12.2010	31.12.2009
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	48.046	37.810
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(16.336)	(12.855)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas Companhias correspondentes	8.352	6.109
Despesas e provisões indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	(54)	(54)
Benefícios fiscais	214	184
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(7.824)	(6.616)

b) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, ao imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 826 (31.12.2009 - R\$ 593 e 01.01.2009 - R\$ 1.073).

c) Impostos e Contribuições a Recolher

Impostos e Contribuições a Recolher, no montante de R\$ 5.922 (31.12.2009 - R\$ 4.935 e 01.01.2009 - R\$ 5.611), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 5.713 (31.12.2009 - R\$ 4.815 e 01.01.2009 - R\$ 5.448) e Contribuição Social de R\$ 209 (31.12.2009 - R\$ 120 e 01.01.2009 - R\$ 163).

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01.01.2009, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Devido às características da Companhia não há componentes de outros resultados abrangentes.

c) Em dezembro de 2010 e 2009 e 01.01.2009, não havia processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

A DIRETORIA

Jorge Andrade Costa – Contador – CRC 1SP159543/O-0



PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 28 de janeiro de 2011

Luis Carlos Matias Ramos
Contador
CRC 1SP171564/O-1

Empresa produzirá família de blindados em Sete Lagoas, MG.

A batalha dos veículos militares

Minas aumenta efetivos na bilionária guerra da indústria bélica mundial. Com a Iveco, estado pode se consolidar como maior exportador do segmento no País.

AIveco anunciou ontem a criação de uma nova unidade em Sete Lagoas, Minas Gerais, especializada na produção de veículos de defesa. A instalação faz parte de um plano de investimentos de R\$ 570 milhões da empresa no Brasil, iniciado em 2007 e que se encerra neste ano. A princípio, vai produzir 2.044 Veículos Blindados de Transporte de Pessoal (VBTP), batizado pelo Exército Brasileiro (EB) de Guarani, mas já há planos para o desenvolvimento de outros projetos do tipo.

O anúncio da criação da nova unidade foi feito pelo presidente da Iveco Latin America, Marco Mazzu, junto com o comandante do EB, general Enzo Peri, após encontro com o governador do estado, Antonio Anastasia (PSDB).

Segundo Mazzu, será feito um investimento de R\$ 75 milhões nas novas instalações da fábrica que já funciona no município, com criação de 350 empregos diretos. "A base (da nova unidade) foi nosso trabalho

em parceria com o exército no Veículo Blindado de Transporte de Pessoal. É um novo desenvolvimento que se encaixa dentro de um conceito. É um projeto inteiramente novo, desenvolvido no Brasil", disse.

Até o próximo ano, de acordo com o executivo, será produzido um "lote piloto" de 16 unidades, que será avaliado pelo EB. A partir de então, terá início a produção das 2.044, fruto de um contrato de R\$ 6 bilhões assinado no fim de 2009. "Será mais uma etapa de expansão do polo automotivo de Sete Lagoas, do qual temos muito orgulho", ressaltou Mazzu. Ele afirmou ainda que, após o fim do contrato, há possibilidade de exportação dos veículos, mas isso ficará a cargo do EB, cujos engenheiros foram responsáveis pela criação do projeto em parceria com técnicos da Iveco.

Se depender de Enzo Peri, "não há dúvida nenhuma" de que o veículo será vendido para outros países. Para ele, essa é uma questão de "sustentação" da própria indústria bélica

Cristiano Couto/AE



Iveco produzirá mais de 2 mil Veículos Blindados de Transporte de Pessoal para o exército brasileiro

brasileira. "Sempre entendemos que toda a indústria de defesa instalada aqui vai atender não só o Brasil, mas também para exportação. Porque aquilo que é produzido no

Brasil atrai também os outros países da América do Sul, pelo menos", disse, afirmando ainda que há possibilidade de exportação também para Europa e Ásia.

O lote-piloto do Guarani será produzido com maioria de componentes importados, mas, de acordo com Marco Mazzu, quando a produção em série tiver início, ao menos

60% das peças serão nacionais. Para isso, a Iveco quer atrair para seu "condomínio de fornecedores" instalado em Sete Lagoas empresas que possam atender a essa demanda, com vistas ao desenvolvimento de outros projetos de defesa – área em que a Iveco atua desde 1937.

Peri afirma que já há interesse do EB no desenvolvimento de novos projetos, incluindo ambulâncias, veículos de postos de comando e outros. "Interessa para nós, até como preconiza a estratégia nacional de defesa, que tenhamos a capacidade de fabricar (os veículos) no Brasil. E essa capacidade da Iveco vai desenvolver outros projetos, outros produtos. Será uma família de blindados", adiantou.

Anastasia comemorou o anúncio. Segundo ele, a iniciativa, "gera empregos, divisas e valor agregado ao produto mineiro." O governador ressaltou ainda que a produção dos blindados no Brasil tem importância na questão da defesa nacional. (AE)